



**APROVADO**  
Em sessão de 21/08/2019  
À Secretária p/ Providências  
21/08/2019  
Data \_\_\_\_\_  
Presidente \_\_\_\_\_

**Poder Legislativo Municipal de São Valério – TO**  
**Palácio Antônio José de Carvalho**

Requerimento de nº 023, de 21 de agosto de 2019.

Exmo. Sr.

**DENNES DE SENA FERREIRA**

Presidente da Câmara Municipal

São Valério – TO.


A Vereadora, que esta subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER, depois de ouvido o Soberano Plenário, que seja encaminhada uma cópia do presente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, solicitando para que o mesmo solucione o problema dos ares-condicionados da Escola Municipal Getúlio Vargas, situada na Rua Ayrton Senna, neste município.

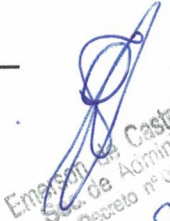
**JUSTIFICATIVA**

Considerando a alta temperatura em nosso município, um quantitativo elevado de alunos para o espaço/sala, é que venho com este intuito, solicitar através deste requerimento os consertos ou substituições dos ares-condicionados de todas as salas da Escola Municipal Getúlio Vargas, deste município. Visando assim maior conforto e comodidade aos discentes e docentes, que neste período enfrentam um calor considerado insuportável, com temperaturas elevadíssimas dentro de uma sala de aula. É notório que o processo de aprendizagem, especialmente nos anos iniciais, é altamente influenciado por fatores relacionados ao ambiente, como a sonoridade, aparência e, até mesmo, o clima. Um ambiente muito quente tende a deixar os alunos com baixa disposição e concentração, o que dificulta o aprendizado. Além disso, permanecer longos períodos, como o escolar, em ambientes muito quentes pode ser prejudicial à saúde. Sendo assim, os ares-condicionados são necessários, para o bem estar das crianças, a preservação da saúde, a melhoria do aprendizado e a qualidade de vida dos alunos.

É a justificativa.

Plenário Ver. Abel de Castro Primo, aos 21 dias do mês de agosto de 2019.

  
**TÂNIA GRAZIELA KERBER**  
Vereadora

  
Emerson de Castro Ferraz  
Sec. de Administração  
Decreto nº 001/2017  
22/08/2019